

Zimbra

protocolo@agenersa.rj.gov.br

---

**Protocolo - Razões Finais - E-12/003.124/2017 e E-12/003.125/2017**

---

**De :** Igor Alves Pegado da Silva  
<ipegado@siqueiracastro.com.br>

qua, 17 de fev de 2021 18:26

 4 anexos

**Assunto :** Protocolo - Razões Finais - E-12/003.124/2017 e E-12/003.125/2017

**Para :** protocolo@agenersa.rj.gov.br

**Cc :** Mariana Macedo Pessanha Fernandes  
<mpessanha@siqueiracastro.com.br>

Prezados,

Solicito o protocolo das Razões Finais em anexo nos processos E-12/003.124/2017 e E-12/003.125/2017.

Atenciosamente,

**Igor Alves Pegado da Silva**

Advogado/Associate

Praça Pio X, 15, 7º andar

Rio de Janeiro RJ 20040-020

[ipegado@siqueiracastro.com.br](mailto:ipegado@siqueiracastro.com.br)

T 55 21 2514-7425

[www.siqueiracastro.com.br](http://www.siqueiracastro.com.br)

**SiqueiraCastro\***

\*Pioneira em  
full solution.

SÃO PAULO · RIO DE JANEIRO · ARACAJU · BELÉM · BELO HORIZONTE · BRASÍLIA · CURITIBA · FORTALEZA · JOÃO PESSOA  
MACEIÓ · MANAUS · NATAL · PORTO ALEGRE · PORTO VELHO · RECIFE · SALVADOR · SÃO LUÍS · TERESINA

Mensagem Confidencial

Esta mensagem é enviada por um escritório de advocacia e pode conter informações confidenciais e sujeitas a sigilo. Esta mensagem é endereçada exclusivamente aos seus destinatários. A utilização, cópia, distribuição e divulgação não autorizadas desta mensagem são expressamente proibidas. Caso esta mensagem tenha sido recebida por engano, por favor, nos informe imediatamente via e-mail e apague esta mensagem juntamente com seus anexos.

Confidentiality Notice

This message is being sent from a law firm and may contain information which is confidential or privileged. Unauthorized use, disclosure, dissemination or copying is strictly prohibited. If you are not the intended recipient, please advise the sender immediately by reply e-mail and delete this message and any attachments



**CEG e CEG RIO - 4ª RTI - Razões Finais .pdf**

678 KB

---

**EXMO. SR. CONSELHEIRO RELATOR SENHOR SILVIO CARLOS SANTOS DA AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

***Processos Regulatórios nº E-12/003.124/2017 e E-12/003.125/2017***

**CEG e CEG RIO**, devidamente qualificadas nos autos dos processos regulatórios em epígrafe, vêm perante V.Exa., por seus advogados abaixo assinados, em atenção ao disposto nos ofícios **AGENERSA/CODIR/SS nº 03/2021** e **AGENERSA/CODIR/SS nº 04/2021**, apresentar suas

***RAZÕES FINAIS***

com o intuito de oferecer os devidos esclarecimentos em face das manifestações constantes nos autos, contribuindo para a justiça e precisão da decisão a ser adotada por essa respeitada Autarquia.

**I – DA TEMPESTIVIDADE**

Inicialmente, cabe informar que os Ofícios acima mencionados estabeleceram o prazo de 10 (dez) dias para apresentação das presentes razões finais, sendo certo que o seu recebimento ocorreu em **05/02/2021 (sexta-feira)**.

Neste sentido, considerando que a contagem do prazo se iniciou em **08/02/2021 (segunda-feira)**, a data fatal para a apresentação desta peça encerrar-se-á em **17/02/2021 (quarta-feira)**.

Isto posto, tempestiva a presente manifestação, porquanto apresentada dentro do prazo concedido.

## **II – DO BREVE HISTÓRICO**

Os referidos processos regulatórios foram instaurados com a finalidade específica de viabilizar a realização das 4<sup>as</sup> Revisões Quinquenais Ordinárias, no âmbito das quais serão definidas as tarifas que vigorarão no quinquênio 2018-2022, visando a contraprestação eficiente dos serviços públicos essenciais de distribuição de gás canalizado desempenhados pelas concessionárias.

Como sabido, as revisões quinquenais de tarifas cuidam, ao fim e ao cabo, de processos vocacionados à restauração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, no bojo dos quais são examinados e reestruturados os elementos integrantes da tarifa praticada pelas concessionárias, preservando-se, desse modo, o justo equilíbrio financeiro-contratual estabelecido nos respectivos ajustes.

Após os trâmites de estilo, essa r. Agência juntou aos referidos processos os respectivos Relatórios Finais, elaborados pela Universidade Federal Fluminense - UFF, consultoria externa contratada por essa AGENERSA, nos quais, em que pese o acerto da metodologia empregada para o cálculo dos saldos de investimentos não realizados (metodologia FGV), apresentaram cenário em que se desconsiderava: **(i)** a impositiva retroação de tal metodologia ao quinquênio anterior (2013-2017), em que fora empregado errônea metodologia, em evidente prejuízo às concessionárias; e **(ii)** os efeitos dos 3<sup>os</sup> Termos Aditivos, legalmente pactuados entre as concessionárias e o Poder Concedente, com a interveniência e anuência da AGENERSA, causando, igualmente, flagrante prejuízos econômicos a ambas as Concessionárias, especialmente à CEG RIO.

É de se ressaltar que a UFF, em seu Relatório Complementar, reconhece, expressa e acertadamente, que não cabe questionamento no âmbito da presente Revisão Quinquenal acerca da **validade** dos 3<sup>os</sup> Termos Aditivos aos Contratos de Concessão, sugerindo, ao final, que a AGENERSA **considere seus efeitos**, nos seguintes termos:

### 3.13 Consideração sobre o Terceiro Termo Aditivo

Esta consultoria realizou cálculos incluindo cenários com e sem os Terceiros Termos Aditivos. A realização de cenários sem considerar os Terceiros Termos Aditivos foi motivada pela contestação dos mesmos em manifestações da consultoria pública e na audiência pública realizada pela Agenera. O objetivo da inclusão de um cenário

desconsiderando os Terceiros Termos foi tornar transparente para a Agenersa e para todos os interessados, o impacto potencial que tal decisão pode trazer para as tarifas das concessionárias.

(...)

A consultoria entende que a revisão tarifária não é foro adequado para a contestação dos Termos Aditivos. Tais termos foram assinados pelas partes e não existe contestação jurídica formal que anule seus efeitos, mesmo que de forma liminar. **Por esta razão, a consultoria sugere à Agenersa que considere válidos os Terceiros Termos Aditivos para o processo de revisão tarifária** (...).

Ultrapassado o período aproximado de 01 (um) ano, a Agência divulgou, em novembro de 2020, os Relatórios Finais do Grupo de Trabalho instituído na AGENERSA que corroboraram, *in totum*, ao cenário desfavorável (e não sugerido pela UFF) somente apresentado pela consultora externa da UFF. Mas não é só, inovando no cenário jurídico já preocupante acima narrado, o referido relatório do GT, ainda, traz cenário em que, além de corroborar os pontos acima, insere um terceiro problema gravíssimo: iii) repete o erro da linha de raciocínio da metodologia Deloitte, criando uma linha de “desconto” integral na tarifa dos investimentos supostamente não realizados e objeto dos terceiros aditivos, descontando os valores integrais dos referidos investimentos (desprezando inclusive o fator de depreciação de tais investimentos) no quinquênio em curso de forma totalmente equivocada.

Assim, penaliza CEG e CEG RIO por TRÊS vezes:

1) Quando não devolve valor indevidamente descontado das tarifas no quinquênio 2008-2012 (3º ciclo tarifário) pela metodologia Deloitte;

2) Quando não reconhece os valores pagos nos terceiros aditivos como outorga compensatória incluída na classificação contábil de ativos intangíveis remunerados via tarifa e;

3) Quando desconta os montantes financeiros correspondentes aos investimentos em gasodutos que foram objeto dos terceiros aditivos de forma integral das tarifas, “inspirando-se” na metodologia Deloitte já clara e reconhecidamente equivocada e superada pela própria AGENERSA.

Recentemente, a Procuradoria da AGENERSA foi provocada a se manifestar e opinou, em suma: **(i)** pela aplicação de penalidade pecuniária ante a intempestividade das propostas apresentadas pelas concessionárias, fato que teria causado *“severos prejuízos ao consumidor”*; **(ii)** autuação de processo específico para a análise de *“nova estrutura tarifária apresentada e pleiteada”* e *“estudos de impacto”*, tendo em vista que, segundo seu entendimento, *“não é o momento adequado para o aumento pleiteado de 36% (trinta e seis por cento) de margem”*; e **(iii)** aplicação de penalidade pecuniária e devolução imediata e atualizada de valores não investidos ao longo do quinquênio em exame.

A conclusão alcançada pelos citados agentes e órgão de apoio, todavia, não se sustenta frente aos sólidos argumentos oferecidos pelas concessionária, notadamente quanto à **(i)** imperiosa retroação da correta metodologia de cálculo dos “subinvestimentos” já reconhecida pela UFF em sua tecnicidade; à **(ii)** necessária consideração, na íntegra, das cláusulas pactuadas nos 3o Termos Aditivos aos Contratos de Concessão e da natureza jurídica (bem intangível integrante da base de ativos regulatório) conferida à outorga compensatória (contraprestação financeira em virtude da substituição de dutos físicos pelos virtuais) e; (iii) que eventual subexecução dos gasodutos objetos dos terceiros aditivos, ainda que admitida, o desconto desses valores das tarifas não pode ocorrer inspirada na metodologia Deloitte, equivocada, significa dizer, somente poderia ocorrer de acordo com metodologia FGV. Isto é, na hipótese de não se observar a Cláusula 2.1.4 dos referidos aditivos, por mera tese argumentativa.

Ora, como se percebe, o encaminhamento instrutório do presente processo, que possui a sensibilidade e a importância de revisão periódica de tarifas, insere elemento de risco gravíssimo e inaceitável de insegurança jurídica e imensurável prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, de vultosas dimensões e prejuízos inclusive aos usuários que poderão ser impactados pela ineficiência e/ou interrupção do serviço público de distribuição concedido, como restará bem evidenciado a seguir.

### **III – DA IMPERIOSA RETROAÇÃO DA CORRETA METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS “SUBINVESTIMENTOS”**

Como se pode verificar, a teor do relatório juntado aos processos regulatórios em referência, a Universidade Federal Fluminense

- UFF, consultoria externa contratada por essa AGENERSA, reconheceu como adequada e correta a metodologia de cálculo de “subinvestimentos” apresentada pelas concessionárias no bojo das 3<sup>as</sup> Revisões Quinquenais de Tarifas, com o apoio da Fundação Getúlio Vargas FGV, e desprezada nas 3<sup>a</sup> Revisões Quinquenais em prol da aplicação da metodologia Deloitte:

*"Na proposta da CEG é sugerida metodologia desenvolvida pela FGV Projetos para propiciar a compensação. Resumindo, essa metodologia capta a diferença em valor presente no fluxo de caixa da concessionária da consideração de investimentos projetados em relação aos investimentos realizados. O documento elaborado pela FGV demonstra que essa diferença é igual ao valor presente dos investimentos não realizados (subinvestimento) subtraído da depreciação e da base final de ativos correspondentes a essa parcela dos investimentos.*  
*A Economia/UFF considera essa metodologia adequada para a compensação tarifária dos investimentos projetados e não realizados no quinquênio anterior."*

Por sua vez, o Relatório do Grupo de Trabalho da AGENERSA embora tenha encampado a alteração metodológica, negou, sem qualquer motivação, a possibilidade de retroação da dita metodologia ao ciclo tarifário de 2008-2012 e resguardou a aplicação pretérita da metodologia DELOITTE, ao entender que **"por ter a FEC/UFF adotado o modelo proposto pela FGV, igualmente não contestado pelos demais agentes que participaram do processo, revimos o posicionamento, sem implicar em aceitação de reconsideração do que já foi decidido."**

Não se pode deixar de considerar, contudo, que as decisões anteriores dessa r. Agência já reconheceram a necessidade/possibilidade de ajustes de cálculos, a qualquer tempo, em razão de eventual correção metodológica, especialmente em se tratando de correção de evidente erro de metodologia, principalmente quando o resultado de metodologias diferentes implica em resultados significativamente distintos para as Concessionárias, causando-lhes flagrante prejuízo.

Aliás, a imutabilidade/impossibilidade de correção da metodologia adotada na 3<sup>a</sup> Revisão Quinquenal, apta a atingir o 2º ciclo tarifário (2008-2012), no âmbito dos processos regulatórios das 4<sup>a</sup> Revisões Quinquenais, desprezaria os princípios de modernização e aperfeiçoamento regulatórios constantes inclusive da ressalva deliberativa da própria AGENERSA no sentido de que correções,

compensações de valores podem e devem ser realizadas em revisão ordinária subsequente.

Nesse sentido, destaca-se o entendimento constante das Deliberações AGENERSA n.º 2034/2014 e nº 2035/2014 produzidas no âmbito da 3ª RT da CEG-RIO e da CEG:

*DELIBERAÇÃO AGENERSA Nº 2034 DE 28 DE ABRIL DE 2014  
CONCESSIONÁRIA CEG RIO - 3º REVISÃO QUINQUENAL DE  
TARIFAS.*

*Art. 3º - Por autotutela, alterar a redação do art. 7º da  
Deliberação nº 1975, de 29/10/2013, que passará a constar  
a seguinte redação:  
(...)*

*Art. 7º - Determinar a abertura de processo regulatório  
específico, com a realização de Consulta e Audiência  
Públicas, para estudo da metodologia de cálculo dos saldos  
dos investimentos não realizados e sua aplicação no cálculo  
de m, considerando-os já no presente ciclo tarifário  
(2013/2017), com eventual compensação de valores, se  
houver, na próxima revisão quinquenal.*

\*\*\*\*\*

*DELIBERAÇÃO AGENERSA Nº 2035 DE 28 DE ABRIL DE 2014  
CONCESSIONÁRIA CEG - 3ª REVISÃO QUINQUENAL DE  
TARIFAS DA CONCESSIONÁRIA CEG.*

*Art. 3º- Por autotutela, aperfeiçoar os arts. 6º, 7º, 10 e 11  
da Deliberação nº 1796/2013, para que deles passem a  
constar as seguintes redações:  
(...)*

*Art. 7º- Determinar a abertura de processo regulatório  
específico, com a realização de Consulta e Audiência  
Públicas, para estudo da metodologia de cálculo dos saldos  
dos investimentos não realizados e sua aplicação no cálculo  
de m, considerando-os já no presente ciclo tarifário  
(2013/2017), com eventual compensação de valores, se  
houver, na próxima revisão quinquenal.*

Como se vê, o entendimento do Grupo de Trabalho vai de encontro, inclusive, às determinações e entendimentos anteriores dessa AGENERSA, constantes das 3ªs Revisões Quinquenais, de modo que



eventual recusa à retroação da citada metodologia afetará, de maneira contundente, o estado de confiança e de segurança jurídica.

A retroação da metodologia de cálculo não pode estar limitada ao tratamento dos “subinvestimentos” apurados no 4º ciclo tarifário. É necessário que a retroação da correção metodológica alcance a 3ª Revisão Tarifária das Concessionárias, na qual são discutidos “subinvestimentos” apurados no 3º ciclo tarifário (2008-2012), afinal a metodologia equivocadamente aplicada na 3ª Revisão Quinquenal, com base nos estudos da DELOITTE, gerou reflexos sobre a fixação das tarifas que vigoraram no período de 2013-2017 (4º ciclo tarifário) e que, por sua vez, servem de base para a fixação das tarifas na 4ª Revisão Quinquenal (5º ciclo tarifário).

Sendo assim, seja em cumprimento às decisões dessa Agência Reguladora, em razão dos princípios da boa-fé, segurança jurídica e da intangibilidade da equação econômico-financeira das concessões, bem assim por se tratar de direito adquirido, é imperativo que se aplique não só o estudo da FGV no ciclo de 2013-2017, ora em análise, mas assinale a adoção da metodologia no cálculo dos subinvestimentos 2008-2012, uma vez que estes foram analisados nas 3ªs Revisões Quinquenais à luz de estudo incorreto da DELOITTE.

Para além da correção técnica da metodologia FGV defendida pela CEG e CEG-RIO (que inclui os fatores *depreciação* e *valor residual* como componentes importantes à definição do *quantum* dos subinvestimentos), os Relatórios da UFF juntados aos presentes processos regulatórios reconheceram que a fórmula empregada nas 3ªs revisões quinquenais acarretou prejuízo às Concessionárias, uma vez que o valor “subinvestimentos do ciclo de 2008-2012”, calculado naquela época com base na equivocada metodologia da DELOITTE, era superior ao montante a ser realmente devolvido (considerando a metodologia da FGV) à modicidade tarifária. Logo, a consequência é que o valor da tarifa que vigorou durante 2013-2017 é inferior àquele efetivamente devido, caso não seja corrigido/compensado impactará negativamente na tarifa a ser fixada nas 4ª Revisão Quinquenal e imporá mais prejuízos econômicos às Concessionárias, capazes, inclusive, de comprometer a eficiência dos serviços prestados aos consumidores do Estado do Rio de Janeiro.

Como se vê, não se trata de mero aperfeiçoamento metodológico, mas de correção técnica metodológica de fórmula que, até então, estava sendo aplicada de forma equivocada pela Agência, acarretando sérios prejuízos às Concessionárias. Não se trata de colocar

em dúvida as decisões de revisão tarifária anterior, mas sim de sanar erro originado pela aplicação de metodologia equivocada, que impactou negativamente nos valores apurados no quinquênio 2013-2017, influenciando no resultado final da 3ª Revisão Quinquenal.

Além disso, não se sustenta o argumento de que maiores vendas no mercado termoeletrico neste período (2013-2017) tenham compensado o erro metodológico da DELOITTE, sob pena de violar a lógica dos Contratos de Concessão da CEG & CEG RIO.

Isso porque, não há previsão de limite máximo para a receita das concessionárias, tampouco garantia de receita mínima, uma vez que o modelo adotado para a remuneração da concessão do serviço público concedido de gás canalizado é o “price cap”. Como sabido, o modelo de price cap (“preço máximo”) é classificado como retributivo, diferente do modelo denominado revenue cap (“receita máxima”). No modelo de receita máxima, a concessionária possui sua receita máxima estabelecida pelo órgão regulador, não possibilitando qualquer alteração em sua margem, mesmo que decorrente de atuação empresarial quanto à redução de seus custos, por exemplo.

Nesse sentido, o modelo de *price cap* e os próprios Contratos de Concessão da CEG & CEG RIO utilizam a revisão periódica como instrumento para reequilibrar a equação econômico-financeira das concessões, sendo expressamente prevista a necessidade de estímulo ao aumento da eficiência operacional, sem comprometer a adequada prestação do serviço público.

A metodologia de cálculo, ora discutida, tem a função de garantir o reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessão em decorrência dos reflexos advindos de investimentos previstos e não realizados (subinvestimentos), o que torna relevante destacar que a sua aplicação não poderá, por questão de coerência e rigor técnico, ficar adstrita a determinado ciclo tarifário.

A necessidade de proteção à cláusula legal e contratual do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, extrai-se da doutrina do primeiro signatário desta petição, Dr. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO:

(...) as cláusulas econômicas são aquelas diretamente relacionadas com a remuneração do particular a quem foi delegada a prestação do serviço público, de modo que, por possuírem expressão econômica – como a própria

denominação sugere –, eventual alteração que lhes atinja deve vir acompanhada do correspondente reequilíbrio financeiro sinalagmático, sob pena de comprometer a equação econômico-financeira originária da concessão, que, como se sabe, é constitucionalmente tutelada pelo art. 37, inc. XXI, da Lei Maior<sup>1</sup>

Definitivamente, a retroação da metodologia de cálculo não pode estar limitada ao tratamento do subinvestimento apurado no 4º ciclo tarifário (2013-2017). É necessário que a retroação da correção metodológica alcance a 3ª Revisão Tarifária das Concessionárias, na qual são discutidos subinvestimentos apurados no 3º ciclo tarifário (2008-2012), afinal a metodologia equivocadamente aplicada na 3ª Revisão Quinquenal, com base nos estudos da Deloitte, gerou reflexos sobre a fixação das tarifas que vigoraram no período de 2013-2017 (4º ciclo tarifário) e que, por sua vez, servem de base para a fixação das tarifas na 4ª Revisão Quinquenal (5º ciclo tarifário 2018-2022), gerando incorretamente descontos indevidos às Concessionárias.

Como se não bastasse, as Concessionárias apresentaram em **13/12/18**, por meio da correspondência **DIRPIR 144/18**, parecer elaborado pela consultoria TENDÊNCIAS a respeito da metodologia para o cálculo do ressarcimento pela não realização de investimentos, a fim de subsidiar os processos da 4ª revisão tarifária quinquenal. Nos termos do referido parecer, concluiu a TENDÊNCIAS que a decisão adotada por essa Agência Reguladora no âmbito da 3ª Revisão Tarifária implicou desequilíbrios que resultaram em perdas de R\$ 332,0 milhões para a CEG e R\$ 58,1 milhões para a CEG RIO (ambos em valores históricos de dezembro de 2016), devendo necessariamente ser compensadas no âmbito das 4ª Revisões Quinquenais.

Por fim, cabe ressaltar que a metodologia DELOITTE, utilizada na 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas considerava que as concessionárias recebiam o valor integral dos investimentos em um quinquênio (05 anos/2008-2012) e, portanto, se não os realizavam, no quinquênio seguinte (2013-2017), teriam o valor líquido total dos investimentos descontados da tarifa pela AGENERSA. Ora, isto é, no mínimo, absurdo, já que os investimentos são inseridos na base de ativos regulatórios e a remuneração é correspondente somente à depreciação dos investimentos para o quinquênio em questão, inteligência esta de remuneração prevista no próprio Contrato de Concessão.

---

<sup>1</sup> CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. Direito constitucional e regulatório: ensaios e pareceres: Volume II. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2020. p. 910.

A esse respeito, veja-se o que constou da manifestação da UFF nos autos das 4<sup>as</sup> revisões quinquenais:

*"A 3ª revisão tarifária utilizou metodologia distinta para tratar do subinvestimento no quinquênio 2008-2012. A metodologia utilizada nessa revisão fazia a **recomposição integral da diferença entre investimento projetado e realizado. Como apenas parcela dos investimentos é remunerada ao longo do ciclo tarifário, pois a vida útil dos ativos para fins regulatórios é de 30 anos, a metodologia da 3ª revisão implicou em maiores valores para recompensar os investimentos não realizados.**"*

Em se admitindo a hipótese de remuneração integral do investimento num único ciclo quinquenal, na forma estabelecida nas 3<sup>as</sup> revisões quinquenais, sem a possibilidade da retroação da metodologia da FGV, o que se faz por mero exercício de reflexão, seria forçoso reconhecer a inutilidade da norma contida no **art. 36**, da **Lei Federal 8.987/95**<sup>2</sup>.

Ora, a prevalecer a lógica encampada nas 3<sup>as</sup> revisões quinquenais, sem a retroação da metodologia correta (FGV) que ora se aplica no bojo das 4<sup>as</sup> revisões tarifárias, não faria qualquer sentido ter o legislador ordinário previsto o direito do concessionário de receber uma indenização do Poder Concedente ao final da concessão, exatamente pelos investimentos não totalmente amortizados ou depreciados. Em suma, a própria dicção da Lei Geral de Concessões joga por terra a leitura realizada pela Ré no bojo das 3<sup>as</sup> revisões tarifárias.

Essa mesmíssima linha de raciocínio deve ser aplicada ao "desconto" feito pelo Grupo de Trabalho no que se refere aos investimentos referentes aos gasodutos objeto dos Terceiros Termos Aditivos, sugerindo que se descontasse integralmente das tarifas os investimentos substituídos por GNC/GNL, tal qual dispõe a metodologia Deloitte, há muito superada, o que é um erro.

---

<sup>2</sup> Art. 36. A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Vale citar que o Grupo de Trabalho se baseia em Deliberação da AGENERSA proferida no ano de 2017<sup>3</sup>, quando tal erro ainda não havia sido corrigido e, portanto, ANTERIOR à correção por parte da AGENERSA e reconhecimento da metodologia da FGV que é a correta, de modo que tal entendimento deve ser revisto! Veja bem, o entendimento da Concessionária segue no sentido que nenhum valor deve ser descontado, seguindo à risca a Cláusula 2.1.4 dos Terceiros Aditivos que determina que não deve haver reequilíbrio econômico financeiro já que a outorga compensatória e a realização dos investimentos em gasodutos virtuais (funcionariam como uma espécie de novação obrigacional entre as partes) mas que, caso haja algum “desconto”, que ocorra pela metodologia FGV, que é a correta, sendo revistos os erros de entendimento das Deliberações de 2017!

A lógica empregada no bojo das Deliberações AGENERSA nº 2034/2014 e 2035/2014 (3<sup>as</sup> Revisões quinquenais), encampadas nas Deliberações AGENERSA nº 3187/2014 e 3188/2014, integradas pelas Deliberações AGENERSA nº 3238/2017 e 3239/2017 (processos específicos para o estudo da metodologia de cálculo dos saldos de investimentos não realizados) reflete uma equivocada compreensão de que a concessão trabalha com um *payback* de 05 (cinco) anos, quando, na realidade, a remuneração de um investimento estende-se por todo o prazo contratual, com possibilidade, ainda, de que, ao final, seja necessário recorrer ao instituto da indenização, conforme expressa previsão legal.

#### **IV – DA NECESSÁRIA CONSIDERAÇÃO DOS 3<sup>os</sup> TERMOS ADITIVOS AOS CONTRATOS DE CONCESSÃO**

Não bastasse o afastamento da retroação da metodologia de cálculo dos “subinvestimentos”, o Relatório Final do Grupo de Trabalho dessa AGENERSA adotou cenário, apresentado pela consultoria externa da UFF, com exercícios de cálculo e projeção tarifária, desconsiderando inteiramente a legalidade das cláusulas e condições do 3<sup>os</sup> Termos Aditivos que passaram a integrar os Contratos de Concessão.

De outro lado, é de se ressaltar que a UFF, em seu Relatório Complementar, reconhecer expressa e acertadamente que não cabe questionamento no âmbito da presente Revisão Quinquenal acerca da

---

<sup>3</sup> Deliberação AGENERSA nº 3139, de 20 de junho de 2017 (CEG) e Deliberação AGENERSA nº 3166, de 29 de junho de 2017 (CEG RIO).

validade dos 3<sup>os</sup> Termos Aditivos aos Contratos de Concessão, sugerindo, ao final, que a AGENERSA considere seus efeitos, nos seguintes termos:

### 3.13 Consideração sobre o Terceiro Termo Aditivo

Esta consultoria realizou cálculos incluindo cenários com e sem os Terceiros Termos Aditivos. A realização de cenários sem considerar os Terceiros Termos Aditivos foi motivada pela contestação dos mesmos em manifestações da consultoria pública e na audiência pública realizada pela Agenera. O objetivo da inclusão de um cenário desconsiderando os Terceiros Termos foi tornar transparente para a Agenera e para todos os interessados, o impacto potencial que tal decisão pode trazer para as tarifas das concessionárias.

(...)

A consultoria entende que a revisão tarifária não é foro adequado para a contestação dos Termos Aditivos. Tais termos foram assinados pelas partes e não existe contestação jurídica formal que anule seus efeitos, mesmo que de forma liminar. Por esta razão, a consultoria sugere à Agenera que considere válidos os Terceiros Termos Aditivos para o processo de revisão tarifária (...).

Como se sabe, os 3<sup>os</sup> Termos Aditivos alteraram obrigações previstas nos Termos anteriores e tiveram por objeto acelerar a expansão da distribuição de gás canalizado e desenvolver novos mercados consumidores no Estado do Rio de Janeiro, mediante a substituição dos investimentos de gasodutos físicos em determinados Municípios pela implantação de gasodutos virtuais.

Não por outro motivo, nos termos dos respectivos 3<sup>os</sup> Termos Aditivos, foi pactuado o pagamento de elevadas contraprestações financeiras pelas Concessionárias ao Poder Concedente, denominadas outorgas compensatórias<sup>4</sup>, as quais, também nos termos dos referidos ajustes, devem ser consideradas como ativo intangível regulatório, a

---

<sup>4</sup> A CEG pagou ao Estado do Rio de Janeiro, a título de outorga compensatória, a quantia de R\$152.490.000,00 (cento e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e noventa mil reais), em 3 (três) parcelas de R\$50.830.000,00 (cinquenta milhões, oitocentos e trinta mil reais). A CEG RIO, por seu turno, desembolsou o valor de R\$239.610.000,00 (duzentos e trinta e nove milhões, seiscentos e dez mil reais), em 3 (três) parcelas de R\$79.870.000,00 (setenta e nove milhões, oitocentos e setenta mil reais).

integrar a Base Regulatória de Ativos, para efeitos de fixação e revisão de tarifas<sup>5</sup>.

Diga-se, por oportuno, que essa AGENERSA já se dedicou ao exame da regularidade dos pagamentos das outorgas compensatórias dos 3<sup>os</sup> Termos Aditivos aos contratos de CEG e CEG RIO, tendo reconhecido, na forma do julgamento do *processo regulatório E-12/003.231/2017*, que "(...) os valores pagos a título de outorga serão considerados como ativo intangível regulatório e atualizados, na forma da Cláusula Sétima dos respectivos instrumentos concessivos, pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas. Essa é a previsão da subcláusula 2.1. dos Terceiros Termos Aditivos aos contratos de CEG e CEG RIO, que corrobora o entendimento acima esposado"<sup>6</sup> e que "(...) o valor da outorga constituiria verba pública, a respeito da qual poderia não se admitir a transação sem as formalidades legais (lei ou instrumento próprio). Haveria discussão se de tal contraprestação financeira se poderia dispor, mormente porque, consoante os Terceiros Termos Aditivos relacionados às Delegatárias, ela compõe o ativo intangível."<sup>7</sup>

Como se verifica, a teor inclusive do que fora reconhecido por essa r. Agência em oportunidade anterior, é absolutamente equivocado o entendimento do Relatório Final do Grupo de Trabalho no sentido de considerar que a "outorga compensatória", atrelada à novação obrigacional entre os dutos físicos e virtuais, tenha acarretado subinvestimentos do 3º ciclo tarifário e, nessa qualidade, sujeita ao reequilíbrio econômico-financeiro. A outorga compensatória deve ser considerada como bem ativo intangível e insuscetível ao reequilíbrio, mesmo porque, o **item 2.1.4**,<sup>8</sup> traz clara menção de que a outorga compensatória não será considerada suscetível ao reequilíbrio econômico-financeiro no atual quinquênio, já que os pagamentos da

---

<sup>5</sup> Cláusula 2.1.2 - 1.2. O valor pago a título de contraprestação será considerado como ativo intangível regulatório e dessa forma, será considerado na base de cálculo da remuneração dos ativos da CONCESSIONÁRIA para efeitos de fixação e revisão das tarifas, na forma prevista na Cláusula Sétima do Contrato de Concessão, sendo atualizado monetariamente pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, inclusive para o disposto no parágrafo 6º da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão, a partir da data dos pagamentos da contraprestação.

<sup>6</sup> Pg. 9 do voto, prolatado em sessão regulatória de 22/06/2017.

<sup>7</sup> Voto da lavra do Conselheiro Relator JOSÉ BISMARCK VIANNA DE SOUZA.

<sup>8</sup> 2.1.4. Na próxima revisão tarifária correspondente aos anos de 2018 a 2022, não haverá reequilíbrio econômico-financeiro a ser realizado em virtude do pagamento da outorga compensatória mencionada na subcláusula 2.1, tendo em vista que os investimentos constantes da subcláusula 1.1, desse instrumento já foram considerados quando da revisão tarifária referente ao período 2013 a 2017, e que também não será objeto de reequilíbrio econômico-financeiro."



outorga foram realizados, integralmente, dentro do período de 2013-2017, mesmo período previsto para a realização de tais investimentos, tendo sido efetuada, dessa forma, a compensação descrita referida Cláusula, sem que seja necessária qualquer devolução ao consumidor.

Ora, não se pode simplesmente ignorar o fato de que eventual desconsideração da outorga compensatória como ativo intangível traz inequívocos reflexos com gravosos impactos às Concessionárias, na medida em que importa no encolhimento na base de ativos da CEG na ordem de R\$155,4 milhões, e da CEG RIO, no montante de R\$ 246 milhões, ambos em moeda de dezembro de 2016!

Ainda que se admita o entendimento no sentido de que a substituição de dutos físicos pela malha virtual tenha acarretado “investimentos não realizados”, “subinvestimentos”, o Relatório Final do Grupo de Trabalho cometeu o mesmo erro metodológico da DELLOITTE na 3ª Revisão Tarifária ao descontar do fluxo o valor integral dos investimentos não realizados. O Grupo de trabalho não aplicou a correta metodologia para a devolução da remuneração recebida pelas Concessionárias em razão dos investimentos não realizados, conforme se depreende do item “Compensação de Investimentos” do mesmo relatório.

A toda evidência, faz-se cogente que essa r. AGENERSA respeite o disposto nos 3<sup>os</sup> Termos Aditivos, notadamente, por consubstanciar a *materialização da vontade das partes*, incidindo, sobre a questão, as *noções jurídicas de ato jurídico perfeito, segurança jurídica e intangibilidade da equação econômico-financeira das concessões*.

Vale destacar, quanto a esse ponto, que o **art. 37, inciso XXI** da **CRFB/88**<sup>9</sup> assegura a aplicação ao caso do **Princípio do Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato** ao caso em tela, que, segundo entendimento do E. Supremo Tribunal Federal, possui interação e assento constitucional, em textual:

---

<sup>9</sup> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, **com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta**, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.



"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. FATO DO PRÍNCIPE. DESEQUILÍBRIO DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DO CONTRATO. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO. 1. Os fundamentos apontados no recurso não são aptos a alterar a conclusão da decisão agravada. 2. Conforme já reconhecido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, a norma constitucional do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, derivada do princípio da segurança jurídica, busca conferir estabilidade ao ajuste, garantindo à contratada viabilidade para a execução dos serviços, nos moldes que motivaram a celebração do contrato (RE 571.969/DF, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Cármen Lúcia). 3. Caracterizado o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, decorrente de nova e imprevisível incidência tributária, é desnecessário perquirir acerca de sua onerosidade excessiva para justificar a reparação dos danos daí decorrentes. 4. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, fica majorado em 10% o valor da verba honorária fixada anteriormente, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.<sup>10</sup>"

A intangibilidade da equação econômico-financeira dos contratos administrativos constitui um dos pilares da teoria do contrato administrativo para as partes contratantes, que exige a proporcionalidade entre os encargos assumidos pelo contratado e a contraprestação a lhe se paga pela Administração, e encontra fundamento no **art. 65, §5º da Lei nº 8.666/93**<sup>11</sup> e, mais especificamente às concessões de serviços públicos, no artigo 9º, §4º, da Lei nº 8.987/95<sup>12</sup> (Lei de Concessões).

Ademais disso, deve-se considerar que eventual decisão que venha a desconsiderar o que foi pactuado expressamente nas cláusulas

<sup>10</sup> STF, 1ª Turma, RE nº 902910 AgR, Relator: Ministro Roberto Barroso, publicado em 19.11.2018.

<sup>11</sup> Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: (...) §5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

<sup>12</sup> Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato. (...) §4º Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

2.1.2, 2.1.3 e 2.1.4 dos 3<sup>os</sup> Termos Aditivos dos Contratos de Concessão, por causar inegável e ilegal desequilíbrio econômico-financeiro aos ajustes acabará por inibir a proposição de novos investimentos e modernização/aperfeiçoamento do serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado do Rio de Janeiro, reclamando, daqui para frente, a adoção de uma política empresarial de contenção de investimentos e, até mesmo, dar ensejo à quebra das Concessionárias, o que, por via reflexa, implica em prejuízos aos interesses dos usuários, já que os serviços públicos de distribuição de gás canalizado podem deixar de ser prestados.

A toda evidência, faz-se cogente que essa r. AGENERSA respeite o disposto nos 3<sup>os</sup> Termos Aditivos, notadamente, por consubstanciar a *materialização da vontade das partes*, incidindo, sobre a questão, as *noções jurídicas de ato jurídico perfeito, segurança jurídica e intangibilidade da equação econômico-financeira das concessões e em atenção ao princípio da legalidade*.

De mais a mais, considerando **(i)** a vontade emanada pelo Poder Público em celebrar o Contrato de Concessão e seus Termos Aditivos; e **(ii)** que as disposições do 3º Aditivo foram previamente submetidas, discutidas e aprovadas pelos Órgãos competentes da Estrutura administrativa do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do processo administrativo nº E-12/001.1299/2014, que contou com a participação da AGENERSA, como interveniente-anuente; é expectativa jurídica, tutelada pelo nosso ordenamento, que essa r. AGENERSA cumprirá sua missão institucional de zelar pelo fiel cumprimento dos respectivos Contratos de Concessão, considerando, em sua íntegra, os termos insculpidos nos 3<sup>os</sup> Termos Aditivos.

Ultrapassadas essas questões de natureza jurídica, contratual e legal, cabe adentrar, mais detalhadamente, em aspectos de ordem eminentemente técnica e específicos aos contratos de concessão de distribuição de gás canalizado firmado com o Estado do Rio de Janeiro.

#### **V – DAS NECESSÁRIAS PONDERAÇÕES ACERCA DO PARECER DA PROCURADORIA DA AGENERSA**

Neste momento, é importante avançar em direção a esclarecimentos necessários em virtude da novel manifestação da Procuradoria da AGENERSA.

Primeiramente, urge destacar que a manifestação jurídica da AGENERSA reconhece que os termos dos respectivos 3<sup>os</sup> Termos Aditivos,

firmados entre as concessionárias e o Poder Concedente, são existentes, válidos e eficazes:

*O objetivo é preencher a única lacuna que ficou aberta, quando esta Procuradoria emitiu o parecer jurídico FMMM nº 06/2018, qual seja, responder a seguinte pergunta: Quais os efeitos que foram gerados pelo III TA na Concessão da CEG?*

*As demais questões já foram esclarecidas no referido parecer, tais como: os planos da existência, da validade e da eficácia do instrumento assinado, **onde ficou expresso que o III TA é existente, é válido e que gera efeitos sobre a Concessão.** Ali, já foram afastadas as questões levantadas por algumas Instituição como descrito no Relatório, que aventaram a possibilidade de que o mesmo fosse nulo.*

Ora, se 3<sup>os</sup> Termos Aditivos são existentes, válidos e eficazes, pergunta-se por qual razão a douta Procuradoria nega os efeitos dos referidos termos?

Tal questionamento é necessário em razão de a manifestação defender o "expurgo dos efeitos", que na prática nada mais representa do que retirar a eficácia dos termos consensuais celebrados entre o Estado e as concessionárias CEG e CEG RIO, com a interveniência e anuência da AGENERSA.

Como se não bastasse, a Procuradoria da AGENERSA reconheceu expressamente a ocorrência de uma *novação* entre as obrigações assumidas pelas concessionárias (adequada substituição da obrigatoriedade de instalação de dutos físicos pela expansão da malha de rede virtual), conforme o trecho abaixo destacado:

*A razão do destaque destes textos é no sentido de entender a relação econômica ali pactuada no objeto do III TA. A obrigação anterior foi alterada por outra obrigação. Portanto, foi efetuada uma Novação (nova obligatio), instituto expresso no Código Civil Brasileiro, artigo 360, inciso I.*

Definitivamente, se existiu uma novação, não há que se falar em inadimplemento das obrigações, ou seja, não há que se falar em não realização dos investimentos nos gasodutos objeto dos 3<sup>os</sup> Termos Aditivos, haja vista que as obrigações anteriores foram extintas e substituídas por outras, nos exatos termos do **art. 360 do Código Civil:**

*Art. 360. Dá-se a novação:*

*I - quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior;*

Prosseguindo à análise da manifestação da douda Procuradoria da AGENERSA, é digno de nota a citação ao **art. 421** do **Código Civil**, por meio do qual o órgão jurídico invoca a função social do contrato, tão somente sob o prisma dos usuários.

Ora, ainda que considerada apenas tal vertente, é de se salientar que a função social do contrato é plenamente atendida tanto na prestação do serviço por meio de gasoduto físico como por meio de gasoduto virtual, a diferença nos serviços se verifica apenas na forma pela qual o gás chegará ao consumidor final, mas a sua prestação se verifica sempre de forma eficiente e em estreita observância ao comando constitucional que preza a eficiência da Administração Pública.

Ademais, convém realçar que a utilização de gasodutos virtuais atende às políticas públicas consagradas e formuladas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, como é possível depreender da *ratio* da **Lei nº 6.448/2013**, que dispõe sobre a introdução de estímulos para a interiorização da distribuição de gás natural canalizado do Estado do Rio de Janeiro por meio do gás natural comprimido – GNC.

Importante salientar, ainda, que a manifestação da Procuradoria menciona a necessidade de construção de infraestrutura física como uma das contraprestações das Concessionária não atendidas. Em vista de tal entendimento, o órgão jurídico da AGENERSA ignora, por completo, tema afeto à área técnica, destoando inclusive da realidade dos fatos, qual seja, a existência de gasoduto virtual não significa dizer que não foi necessária a construção de uma infraestrutura para a sua operacionalização.

O gasoduto virtual é forma de projeto estruturante reconhecido inclusive pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme se pode observar da apresentação daquela Agência Reguladora em seu workshop<sup>13</sup> acerca do GNC, realizado em novembro/2020:

---

<sup>13</sup><https://www.gov.br/anp/pt-br/aceso-a-informacao/agenda-eventos/anp-apresentacao-workshop-gnc.pdf>, em 08/02/2021, às 04:40h.



Feitas tais considerações, resta evidente que o **gasoduto virtual possui toda uma estrutura para o seu correto funcionamento**, o que invalida os argumentos trazidos pela Procuradoria no sentido da ausência de contraprestação e inexistência de construção de infraestrutura para remuneração do ativo intangível lastreado na **Deliberação CVM nº 654/2010**.

Outro ponto curioso trazido pelo órgão jurídico da AGENERSA diz respeito à suposta avaliação incorreta do Poder Concedente quando da formalização dos 3<sup>os</sup> Termos Aditivos, *verbis*:

*"Além destas razões, ainda existem razões práticas para interpretar como foi interpretado acima, quais sejam: o ativo intangível na concessão, é aquele que será devolvido ao Poder Concedente. Portanto, haveria alguma lógica faltando poucos anos para o término da concessão, ter que devolver este valor por não estar totalmente amortizado? O Poder Concedente assinaria este Aditivo sem uma contrapartida em serviços?"*

Ora, como se sabe, o Estado do Rio de Janeiro possui assessoria técnica e jurídica que se manifestam previamente a todo e qualquer ajuste. Nesse sentido, o processo E-12/001.1299/2014 serviu não apenas para formalizar os respectivos termos aditivos, mas teve em seu bojo a necessária análise e manifestação prévia da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos técnicos, tendo os ajustes ora

pugnados contando com a assinatura da AGENERSA como interveniente anuente.

Desnecessário lembrar que o Estado do Rio de Janeiro atravessava severa crise fiscal e financeira e os recursos advindos da outorga compensatória, em complemento à novação das obrigações pactuadas, visava não-só incrementar o caixa do Poder Concedente como assegurar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas em acordo com o Governo Federal (Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro c/c Detalhamento das Medidas de Ajuste).

Em outro ponto, a manifestação da Procuradora da AGENERSA chega a cogitar de aplicação de penalidade pecuniária em razão de suposto despreparo das concessionárias para a revisão quinquenal, tomando por base suposto atraso no envio das propostas, o fato de o Grupo de Trabalho ter requerido documentos suplementares e a existência de fragilidade nas propostas apresentadas.

Ora, é absolutamente distorcido tal entendimento. As contribuições das Concessionárias são inequívocas ao longo de todo o processo regulatório, culminando inclusive com o reconhecimento da adequação do estudo metodológico da FGV contratado pela CEG e CEG-RIO. Aliás, contribuições e manifestações ínsitas à natureza do processo regulatório de revisão tarifária quinquenal.

Pelo quadro abaixo, demonstra-se em breve síntese, a relação transparente entre CEG e CEG RIO e AGENERSA durante todo o desenrolar dos processos de revisão tarifária.

Algumas Referências de Datas do Processo da 4ª RTI CEG e CEG RIO:			
Data	Referência		Assunto
08/02/2017	Of. AGENERSA PRESI 058/17		<b>AGENERSA informa que fariam esforços para julgar nas próximas sessões regulatórias os temas que geram impacto na Revisão Tarifária</b> e ressaltam que o envio da proposta deverá ocorrer em Jul/2017.
16/02/2017	Of. AGENERSA PRESI 065/17		AGENERSA solicita informações a serem enviadas junto a Proposta da 4ª RTI.
15/03/2017		Of. PRESI 002/17 (CEG) e 003/17 (CEGRIO)	Concessionárias ressaltam que o processo da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas foi iniciado com diversos temas pendentes e ainda indefinidos, que necessitam de definição para a elaboração do Plano de Negócios.
28/03/2017	Of. AGENERSA PRESI 124/17		AGENERSA informa que o prazo de entrega das propostas da Revisão Tarifária pode ser prorrogado desde que seja realizada solicitação formal, a ser avaliada pela AgenerSA e Poder Concedente (em resposta as cartas das Concessionárias PRESI 002 e 003/17).
07/04/2017		Of. DIJUR 319, 321, 322, 323/17	Concessionárias enviam cartas separadas detalhando cada um dos temas relevantes que necessitam de definição prévia à Revisão Tarifária.
19/04/2017	Of. AGENERSA PRESI 143/17		AGENERSA solicita que as Concessionárias esclareçam porque a não definição dos temas por elas elencados (saldos dos investimentos não realizados, bens reversíveis, lei do gás e 3os TA impossibilitariam a apresentação de seu plano de negócios, apresentando seu impacto econômico-financeiro. Tb solicitaram informar se existem planos alternativos, em função das incertezas de mercado e, ainda, se já foram iniciadas as tratativas com o Poder Concedente para elaboração dos planos de investimentos, informando com quem e quando.
28/04/2017		Of. DIJUR-E-376/17	Concessionárias solicitam dilação de prazo para resposta ao Of. AGENERSA PRESI 143/17.
02/05/2017	Of. AGENERSA PRESI 156/17		<b>AGENERSA aceita a dilação de prazo</b> para resposta ao Of. AGENERSA PRESI 143/17.
06/06/2017		Of. DIJUR-E-523/17	Concessionárias solicitam dilação de prazo (120 dias) para entrega da Proposta da 4ª Revisão Tarifária, a contar de 30/06/17, e justifica pela necessidade de definição de temas relevantes junto a AGENERSA e ao Poder Concedente.
28/06/2017	Of. AGENERSA PRESI/SECEX 269/17		<b>AGENERSA informa que está aprovado por ela e pelo Poder Concedente a dilação do prazo de entrega da Proposta da 4ª RTI para o dia 27/10/17.</b>
18/09/2017		Of. PRESI 13/17 (CEG e CEGRIO)	Concessionárias solicitam entrega da Proposta da 4ª RTI em duas etapas, tendo em vista a necessidade de definição de temas relevantes e complexos.
11/10/2017		Of. PRESI 12/17 (CEG e CEGRIO)	Concessionárias solicitam dilação para entrega da Proposta completa da 4ª Revisão Tarifária, para o dia 27/11/17, tendo em vista que em reunião com a AGENERSA em 10/09/17 a mesma se manifestou contrária à entrega da Proposta em duas etapas.
26/10/2017	Of. AGENERSA PRESI/SECEX 378/17		<b>AGENERSA informa que está aprovado por ela e pelo Poder Concedente a dilação do prazo de entrega da Proposta da 4ª RTI para o dia 27/11/17.</b>
27/11/2017		Of. PRESI 15/17 (CEG) e 16/17 (CEGRIO)	Concessionárias apresentam seu Relatório Geral da 4ª RTI.
18/12/2017	Of. AGENERSA PRESI 438/17		AGENERSA solicita envio de informações adicionais para 4ª RTI.
08/01/2018		Of. DIRPIR 002/18 (CEG) e 003/18 (CEGRIO)	Concessionárias enviam as informações adicionais solicitadas.
04/04/2018	Realização de Audiência Pública da 4ª RTI da CEG e CEG RIO.		
09/04/2018		Of. PRESI 003/18 (CEG e CEGRIO)	Concessionárias solicitam prazo para enviar proposta ajustada após Audiência Pública e após divulgação do Relatório UFF (consultora da AgenerSA).
24/08/2018	Of. AGENERSA SECEX 483/18		<b>AGENERSA publica alteração no cronograma da 4ª RTI CEG e CEG RIO.</b> Disponibiliza Relatório da UFF (consultoria da AgenerSA) e concede período de 20/08 a 10/09/18 para que as Concessionárias complementem suas propostas da 4ª RTI e marca Audiência Pública para 03/10/18.
06/09/2018	Publicação D.O.E.R.J.		<b>AGENERSA publica alteração no cronograma da 4ª RTI CEG e CEG RIO.</b> Neste concede período de 20/08 a 28/09/18 para que as Concessionárias complementem suas propostas da 4ª RTI.
28/09/2018		Of. PRESI 17/18 (CEG) e 18/18 (CEGRIO)	Concessionárias apresentam seu Relatório Geral Complementar da 4ª RTI (CEG e CEGRIO).
03/10/2018	Realização de Audiência Pública da 4ª RTI da CEG e CEG RIO.		
04/10/2018		Petição Siqueira Castro (CEG e CEGRIO)	Concessionárias através da petição do escritório Siqueira Castro solicita a suspensão do cronograma e manifestação da AgenerSA quanto ao cenário em que a UFF desconsidera o pacto firmado no 3º TA.
08/10/2018	Of. AGENERSA PRESI 486/18		<b>AGENERSA informa a suspensão do cronograma da 4ª RTI</b> , em atendimento à petição do Siqueira Castro de 04/10/18.
10/10/2018	Of. AGENERSA PRESI 499/18		<b>AGENERSA informa recebimento de Of. CASA CIVIL solicitando a inserção de investimentos na 4ª RTI.</b>
10/10/2018	Publicação D.O.E.R.J.		<b>AGENERSA publica alteração no cronograma da 4ª RTI CEG e CEG RIO.</b>
19/11/2018		Of. PRESI 121/18 (CEG e CEGRIO)	Concessionárias enviam ajuste na proposta da 4ª RTI em atendimento à solicitação do Poder Concedente (Of. CASA CIVIL).
06/02/2019	Publicação D.O.E.R.J.		<b>AGENERSA informa que o cronograma da 4ª RTI CEG e CEG RIO será alterado</b> , tendo em vista que os processos da RTI foram enviados ao Poder Concedente para ciência e manifestação.
09/05/2019	Of. SEDEGER/SOGE 04/19		Poder Concedente apresenta suas manifestações quanto a Proposta da 4ª RTI CEG e CEG RIO.
14/10/2019	Publicação D.O.E.R.J.		<b>AGENERSA publica alteração no cronograma da 4ª RTI CEG e CEG RIO.</b> Neste fixava prazo até 25/10/20 para disponibilizar Relatório do GT, até 07/11/20 para disponibilizar o parecer da Procuradoria e finalização da RTI em sessão regulatória de 19/12/20.
26/11/2020	Publicação D.O.E.R.J.		AGENERSA publica Relatório Grupo de Trabalho (GT) AGENERSA sobre a 4ª RTI.
05/02/2021	Publicação D.O.E.R.J.		AGENERSA publica Relatório com o Parecer da Procuradoria AGENERSA sobre a 4ª RTI.

Todos os pedidos solicitados pela AGENERSA eram prontamente atendidos e todas as solicitações efetuadas de forma sempre embasada por CEG e CEG RIO, foram aceitas pela AGENERSA, sem qualquer restrição ou qualquer tipo de ressalva.

Resta claro, que a manifestação da Procuradoria da AGENERSA é totalmente descabida e desrespeita o princípio da confiança legítima.

Esse princípio "leva em conta a boa-fé do cidadão, que acredita e espera que os atos praticados pelo Poder Público sejam lícitos e, nessa



qualidade, serão mantidos e respeitados pela própria Administração e por terceiros” (in Direito Administrativo, Maria Sylvia Zanella de Pietro, 33ª edição, Ed. Forense, pg 114).

O princípio da confiança legítima nada mais é do que “o aspecto subjetivo da segurança jurídica” (mesma obra, pág 113).

A AGENERSA e até mesmo o Poder Concedente, a todo tempo, prorrogaram, espontaneamente, os prazos dos Processos de Revisão Tarifária, publicando por 4 oportunidades, alterações no Cronograma das Revisões Tarifárias.

Não pode a Procuradoria, sob pena de desprezar totalmente a segurança jurídica e a confiança legítima que dela decorre, acusar CEG e CEG RIO, de terem agido sem o devido zelo.

A relação entre as partes foi respeitosa e transparente e a acusação desconsidera a cadeia de eventos apresentada por CEG e CEG RIO de forma mesmo pueril.

Como explicita J.J.Gomes Canotilho (2000:256): “Estes dois princípios - segurança jurídica e proteção à confiança - andam estreitamente associados, a ponto de alguns autores considerarem o princípio da proteção de confiança como subprincípio ou como uma dimensão específica da segurança jurídica...a proteção da confiança se prende mais com as componentes subjetivas da segurança, designadamente a calculabilidade e previsibilidade dos indivíduos em relação aos efeitos jurídicos dos actos” (citado por Maria Sylvia Zanella di Pietro, na obra antes mencionada).

Imprevisível foi apenas, a descabida acusação sem fundamento, da Procuradoria da AGENERSA no sentido de que houve procrastinação por parte de CEG e CEG RIO.

O quadro de datas de eventos, demonstra à saciedade, uma cadeia de atos produzidos de total acordo entre AGENERSA, Poder Concedente e CEG e CEG RIO. Assim, necessário colacionarmos as lições do ilustre Professor Valter Shuenquener de Araújo<sup>14</sup>, para quem:

*“A resposta estatal a uma consulta formulada também é capaz de fazer surgir uma expectativa legítima. **Se o***

---

<sup>14</sup> ARAÚJO, Valter Shuenquener de. *O princípio da proteção da confiança: uma nova forma de tutela do cidadão diante do Estado*. Editora Impetus, 2ª edição, 2016



***indivíduo recebeu uma informação de que seu caso receberia um determinado tratamento, a mudança de entendimento pode frustrar ilicitamente sua expectativa.*** Esse foi, inclusive, o entendimento do STF exteriorizado numa demanda, em que se discutiam os efeitos da resposta da Administração a uma consulta feita por um contribuinte sobre o exato momento de incidência do ICMS. Em seu voto, o relator, Ministro MARCO AURÉLIO, chegou a sustentar que daria provimento ao recurso extraordinário interposto pelo contribuinte "em prol da credibilidade do setor público". (grifos nossos).

Neste ponto é de se esclarecer, desde já, que não existe base jurídica para tal entendimento, mesmo porque quando da solicitação de documentos complementares adicionais, o GT se utilizou da permissão constante no **§ 2º, do art. 2º, da Lei estadual nº 2.752/97 (fixação e revisão de tarifas)**, veja-se:

*Art. 2º - As tarifas contratualmente fixadas serão revistas a cada 5 (cinco) anos, com base no custo dos serviços, incluída a remuneração do capital.*

*(...)*

*§ 2º - O prazo a que se refere o parágrafo anterior poderá ser suspenso por uma única vez, caso, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Rio de Janeiro - ASEP-RJ determine a apresentação pela concessionária de informações adicionais, voltando o prazo a fluir a partir do cumprimento das exigências.*

Dito isso, por qual razão uma solicitação do GT deveria ser entendida como falta imputada às concessionárias? Ademais, em que tipo legal ou contratual as concessionárias teriam incorrido para a imputação de tal penalidade?

A nova estrutura tarifária deve justamente ser apreciada em processos revisionais ordinários como estes em curso, estudos devem ser formulados pelos interessados e pela própria AGENERSA.

Quanto à devolução de valores aos usuários, importa destacar que a d. Procuradoria apresenta valores sem apontar como foram realizados os seus cálculos, tampouco de onde foram retiradas tais informações.

Novamente, a Procuradoria faz apenas elucubrações sem se ater a sequer um fato ocorrido, simplesmente, porque não poderia. Não

há embasamento para suas alegações que só têm o condão de buscar a penalidade por um estranho afeto ao regime sancionador, como se ele fosse o fim da Administração Pública.

Inexiste observância ao consequencialismo no tanto alegado pela Procuradoria, violando a Lei 13.655/15, que alterou a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) para trazer **“segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público”**.

Os investimentos projetados são e devem ser revistos e readequados constantemente a depender do cumprimento de condições ínsitas ao contrato, da vontade das partes pactuadas, da necessidade do mercado regulado e de fatores externos e imprevisíveis à relação contratual. Ora, uma das razões da revisão ordinária seria naturalmente esta. Logo, o d. Parecer traz leviandade ao afirmar que “(...) o descaso da companhia c/c o rol de expectativas frustradas atrai novamente aplicação de penalidade grave, sem prejuízo de devolução imediata e atualizada deste valor aos usuários”.

Como se sabe, a revisão quinquenal tem justamente por objetivo a equalização dos valores, de modo que serão direcionados para o novo quinquênio o montante a ser dispendido, assim como as diretrizes de atuação das concessionárias, de modo que eventual investimento não realizado não representa falta cometida pelas concessionárias a fundamentar sanção pecuniária, mas sim normal atuação na dinâmica regulatória, na forma do **parágrafo único do art. 2º, da Lei nº 2.752/97**:

*Parágrafo Único - A metodologia de revisão quinquenal das tarifas contratualmente fixadas levará em conta a necessidade de estímulo ao aumento da eficiência operacional através da redução de custos, considerando a evolução efetiva desses custos, e da produtividade da concessionária.*

Como se não bastasse, é importante trazer alguns dados concretos acerca da atuação das Concessionárias nos últimos anos.

Em números absolutos, a CEG e CEG-RIO já investiram R\$ 7,3 bilhões no Estado do Rio de Janeiro, o bastante para alçar esta entidade da federação à liderança da distribuição de gás no Brasil - com 25% das unidades habitacionais atendidas, enquanto a média nacional é de cerca de 3%.

O aperfeiçoamento e a modernização do serviço de distribuição de gás canalizado no Estado do Rio de Janeiro, após a concessão do serviço à iniciativa privada, também podem ser verificados pela duplicação do número de clientes, bem como pela expansão da malha dutoviária (de 2,3km à 6,1km).

É forçoso reconhecer, ainda, a contribuição das concessionárias em relação ao recolhimento tributário destinado aos cofres do ERJ, alcançando cerca de 6,5 bilhão desde o início da concessão.

Especificamente, em relação aos investimentos previstos e realizados, vale ressaltar que a Cia. submete proposta de expansão ao Poder Concedente, responsável por orientar acerca da universalização do serviço público, conforme diretrizes e políticas públicas.

Assevere-se, também, que para o quinquênio em curso (2018-2022), a previsão de investimento das Concessionárias é na ordem de R\$ 1,1 bilhão, reforçando o compromisso da CEG e CEG-RIO com o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.

E mais, é real e efetivo o cumprimento das metas físicas e financeiras atinentes ao ano de 2018, o que é evidenciado pelo cumprimento de 99% das metas físicas e de 127% das metas financeiras.

Noutro ponto, a Procuradoria afirma que *"em relação ao 3º Termo Aditivo, esta Procuradoria registra que até o presente momento o documento em espeque goza de eficácia e vem produzindo seus regulares efeitos regulatórios. Não é tarde lembrar, conforme interpretação sistemática ao Instrumento Concessivo, que o Conselho-Diretor da AGENERSA entende que a outorga compensatória não é remunerada na base de ativos"*

Ocorre que o *item 2.1.2 do 3º Termo Aditivo* – reconhecidamente válido pela AGENERSA – expressamente dispõe que *"O valor pago a título de contraprestação será considerado como ativo intangível regulatório e dessa forma, será considerado na base de cálculo da remuneração dos ativos da CONCESSIONÁRIA"*

Ou seja, mais uma vez a Procuradoria, em flagrante contradição, procura justificar, juridicamente, a manifestação atécnica do relatório do GT que, na prática, nega eficácia ao termo aditivo.

Dito isto, é importante retomar a abordagem estritamente técnica que deve embasar a revisão tarifária devida no âmbito dos contratos de concessão, ora apreciados, a fim de afastar entendimento equivocado constante do relatório do GT.

**VI- DAS ANÁLISES DOS CUSTOS DE OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO EXPOSTOS NO RELATÓRIO DO GT*****V.a - DA OPEX (despesas operacionais) DA CEG e DA CEG RIO***

A Concessionária defende que a AGENERSA adote um critério uniforme, coerente e fundamentado para as projeções do OPEX.

Nesse sentido, solicita-se que as projeções de OPEX apresentadas pelo Relatório do Grupo de Trabalho (GT) não sejam adotadas, tendo em vista que se observa falta de consistência e fundamentação em suas projeções.

As Concessionárias entendem que é aceitável a consideração da projeção do OPEX apresentado no Relatório Complementar da UFF (consultor da AGENERSA) para todo o quinquênio 2018-2022, uma vez que foi amplamente discutido, analisado e fundamentado.

O Relatório da UFF teve sua análise submetida a ampla divulgação e contestação pública e contou com a realização de uma profunda análise por parte da equipe da UFF, incluindo amplo questionamento e solicitação de dados adicionais à Concessionária, além da realização de reuniões, que permitiram o embasamento de suas projeções.

As Concessionárias solicitam ainda que, caso o regulador entenda que deva ser considerada a realidade para os anos 2018 e 2019, que neste caso, sejam adotados os valores reais para todas as rubricas do OPEX, além de incluir os ajustes (incrementos) para as rubricas de alugueis e gastos de pessoal, necessários em função da ocorrência de reclassificações contábeis, conforme indicado abaixo para cada Concessionária:

No caso da CEG (ajustes necessários):

- Gastos com alugueis:

Cabe ressaltar que a partir de 2019 os gastos com aluguel sofreram uma reclassificação pela norma contábil NIIF 16 e passaram a ser registrados contabilmente em amortizações. Na rubrica de alugueis

de 2019 restaram apenas gastos menores relacionados, tais como condomínio, etc.

O montante reclassificado que deveria ser considerado na linha de alugueis representa R\$ 4,7 milhões. Com este ajuste o total de gastos reais com alugueis no ano de 2019 é de R\$ 8,4 milhões e não apenas R\$ 3,7 milhões, valores expressos em moeda dez/16.

- Despesas de Pessoal:

É importante ressaltar que a partir de 2019 os gastos com atualização monetária dos fundos de pensão sofreram uma reclassificação pela norma contábil CPC 33 e passaram a ser registrados contabilmente em resultado financeiro, deixando de estar contabilizado R\$ 18 milhões como item gastos de pessoal. Dessa forma, os gastos de pessoal efetivamente realizados em 2019, passa a ser de R\$ 110 milhões. Valores expressos em moeda dez/16.

No caso da CEG RIO (ajustes necessários):

- Gastos com alugueis: Cabe ressaltar que a partir de 2019 os gastos com alugueis sofreram uma reclassificação pela norma contábil NIIF 16 e passaram a ser registrados contabilmente em amortizações. Na rubrica de alugueis de 2019 restaram apenas gastos menores relacionados, tais como condomínio, etc.

O montante reclassificado, que deveria ser considerado na linha de alugueis, é de R\$ 547 mil. Com este ajuste o total de gastos reais com alugueis no ano de 2019 que deve ser considerado é de R\$ 651 mil e não apenas R\$ 103 mil. Valores expressos em moeda dez/16.

## **VII – DAS DIFICULDADES ATUAIS ENFRENTADAS PELAS CONCESSIONÁRIAS CEG E CEG RIO: PANDEMIA, NOVO MERCADO DO GÁS, REAJUSTES TARIFÁRIOS, REVISÃO IMEDIATA**

Como se não bastassem os entendimentos equivocados em relação à retroação da metodologia de cálculo de subinvestimentos e à inadequada interpretação da natureza da outorga compensatória definida nos 3º TAs, o ano de 2020 foi marcado por um contexto fático adverso e por medidas absolutamente contrárias à legalidade e à eficiência dos Contratos de Concessão (CEG e CEG-RIO) de distribuição do gás canalizado firmados com o Estado do Rio de Janeiro.

Aliás, é também por isso que estamos sim diante de momento adequado ao reposicionamento tarifário que contemple, no mínimo, a margem de distribuição da tarifa requerida pelas Concessionária.

É notório que a pandemia da COVID-19 impôs drásticas mudanças e prejuízos econômicos no cenário da infraestrutura nacional, atingindo também o serviço público concedido de distribuição de gás canalizado no Estado do Rio de Janeiro

Na seara da relação público-privada, notadamente no âmbito das Concessões firmadas pelo Estado do Rio de Janeiro, foram instituídas medidas que já desaguaram, ao fim e ao cabo, em rombos nos cofres das Concessionárias e, portanto, em desequilíbrio econômico-financeiro da equação inicialmente ajustada nos Contratos de Concessão. O art. 2º da Lei Estadual do RJ nº 8.769/20 previu a proibição de interrupção do fornecimento de serviços essenciais<sup>15</sup> (corte do fornecimento), inclusive, com vedação a cobranças de juros e multa, em razão da inadimplência dos consumidores durante o período da pandemia, o que tem dificultado ainda mais o processo de recuperação de créditos, na medida em que muitos usuários seguem usufruindo da prestação do serviço concedido, sem a contraprestação tarifária devida às Concessionárias, o que afeta diretamente o fluxo de caixa das empresas, como a CEG e CEG-RIO.

Aliás, o número de inadimplentes, em função da crise econômica causada pela COVID-19,  aumentou expressivamente, o que, inclusive, forçou as Concessionárias a captarem empréstimos bancários para que pudessem arcar com os custos de sua logística e operação empregados no âmbito dos contratos de concessão.

No âmbito regulatório estadual, não se pode deixar de considerar que as Concessionárias estão inseridas no bojo da atual discussão acerca da reformulação do arcabouço regulatório do setor, acerca da inserção dos novos agentes como o Autoprodutor, Auto Importador e Consumidor Livre, fato que, inegavelmente, impactará o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessão e que não pode em absoluto ser desconsiderado nos presentes processos regulatórios das 4ª RTIs.

Aliás, no que toca a este ponto, foram deliberadas e decididas recentemente por essa r. Agência tarifas diferenciadas para a hipótese de

---

<sup>15</sup> Art. 2º Fica vedada a interrupção de serviços essenciais por falta de pagamento, pelas concessionárias de serviços públicos. (...) § 3º O débito consolidado durante as medidas restritivas não poderá ensejar a interrupção do serviço, devendo ser cobrado pelas vias próprias, sendo vedadas a cobrança de juros e multa.

o (i) novo agente se abastecer diretamente do gasoduto de transporte, porém utilizando a malha de distribuição da Concessionária (TUSD), ocasião em que fará jus ao desconto (provisório) de 1,9 %, referente à desconsideração dos encargos de comercialização; (ii) novo agente se abastecer por meio de gasoduto exclusivo (TUSD-E), cuja desconto ainda será estudado; e (iii) novo agente que seja do segmento termelétrico (TUSD Térmica), já com um desconto definido em 22,5%, a incidir no fator "R" da fórmula de cálculo da margem das Concessionárias; tudo em absoluto desrespeito às normas contratuais<sup>16</sup>, à segurança jurídica e ignorando a obrigatoriedade de avaliação do impacto regulatório (AIR) decorrente da imposição de tais tarifas diferenciadas.

Por fim, cabe destacar, ainda que sucintamente, que os reajustes tarifários do GN e do GLP (direito incontestes das concessionárias), via IGP-M, foram concedidos de forma escalonada pela Agência. Já a revisão imediata do GLP, decorrente do aumento do preço da molécula do gás fornecido exclusivamente pela Petrobras e decorrente de determinação contratual/legal, foi reconhecido pela Agência de forma parcelada. No caso da revisão imediata do GN, foi necessário inclusive ajuizar ação judicial contra decisão da Agência negativa da homologação da revisão, tudo com vistas a impedir prejuízo da ordem de milhões de reais.

Obviamente que todos esses fatores devem ser levados em consideração no momento do reposicionamento tarifário discutido no âmbito das 4<sup>as</sup> Revisões Quinquenais Ordinárias.

## **VIII – DO RECONHECIMENTO E APLICAÇÃO INTEGRAL DO IGP-M ÀS TARIFAS**

Como já sobejamente exposto, os processos de Revisão Quinquenal da CEG e CEG RIO ora em andamento e, que deverão ser julgados pelo CODIR durante este ano de 2021, em análise do Relatório do Grupo de Trabalho publicado por esse Regulador, contêm equívocos que não permitirão a correta recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro das Concessões.

---

<sup>16</sup> Contratos de concessão CEG e CEG-RIO. §18º. Consumidores que queiram adquirir mais de 100.000 m<sup>3</sup> (cem mil metros cúbicos) de gás canalizado por dia poderão efetuar tal aquisição diretamente do produtor, dependendo tal aquisição nos 10 (dez) primeiros anos da concessão, de prévia e expressa anuência da CONCESSIONÁRIA. Em qualquer caso, durante todo o prazo da concessão, fica assegurado à CONCESSIONÁRIA o recebimento de tarifa equivalente à diferença entre o valor limite da CONCESSIONÁRIA para o tipo de consumidor em questão, e o preço que ela, CONCESSIONÁRIA, paga na aquisição de gás, da mesma supridora.



Nesse diapasão, é imperioso reconhecer que, vindo a ocorrer o julgamento dos processos de Revisão Tarifária, com os parâmetros técnicos e econômicos utilizados pelo Relatório do Grupo de Trabalho, haverá graves prejuízos para as concessionárias, acarretando inevitável desequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessão da CEG & CEG RIO.

Diante do exposto, vindo a ocorrer o julgamento dos presentes processos com os parâmetros indicados pelo GT desse Regulador, reservam-se as concessionárias CEG & CEG RIO, a praticar o repasse do reajuste do IGP-M de imediato, com a suspensão da aplicação da proposta de aplicação gradual de reajuste.

## **IX – DA CONCLUSÃO**

Em face de todo o exposto e confiante no elevado critério de Vossa Excelência, as Concessionárias requerem o acolhimento de todos os argumentos apresentados, com o fito de permitir o correto reposicionamento tarifário, em conformidade com o marco regulatório vigente.

Assim sendo, as Concessionárias esperam e requerem:

- (i)** seja aplicada a retroação da metodologia FGV para o cálculo dos subinvestimentos e contemplados, já na presente revisão tarifária, os impactos decorrentes da aplicação equivocada da metodologia DELOITTE no âmbito da 3ª Revisão Quinquenal, visando a correção da compensação de saldos de investimentos previstos e não realizados (ciclo tarifário – 2008/2012) de forma a permitir o efetivo reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessão; e
- (ii)** sejam consideradas, em sua integralidade, as cláusulas 2.1.2, 2.1.3 e 2.1.4 dos 3ºs Termos Aditivos dos Contratos de Concessão que concedem legalidade à natureza jurídica da outorga compensatória como bem intangível integrante da base de ativos regulatórios das Concessionárias;
- (iii)** Caso não acolha os itens anteriores, em homenagem ao princípio da eventualidade e de forma



subsidiária, na hipótese em que seja levado à cabo a absurda desconsideração dos 3º Termos Aditivos aos Contratos de Concessão, tal como opinou o Grupo de Trabalho no Relatório Técnico, seja previsto o imediato e integral repasse do reajuste relativo ao IGP-M no percentual de 24,52%, de forma expressa nas Deliberações proferidas no âmbito dos processos regulatórios das respectivas revisões tarifárias, com a suspensão da proposta de aplicação gradual aprovada na Sessão Regulatória Extraordinária de 29.12.2020.

Termos em que,  
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2021.

  
**CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO**  
OAB/RJ Nº 20.283

  
**THIAGO DE OLIVEIRA**  
OAB/RJ nº 122.683

  
**MARIANA M. PESSANHA FERNANDES**  
OAB/RJ Nº 158.482

  
**IGOR ALVES PEGADO DA SILVA**  
OAB/RJ Nº 172.480